

p.138

max

FUNDADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1928 POR THIERS VELLOZO. Nº 29.623. ANO LXXXVI

AGAZETA

www.gazetaonline.com.br

VITÓRIA, QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2014 - EDIÇÃO ENCERRADA: 23H R\$ 2,00

PEDÁGIO É SUSPENSO

CAIU

Governo suspende cobrança na 3ª Ponte por tempo indeterminado e avalia redução na Rodovia do Sol *Págs. 3 a 14*

EXCLUSIVO!
À coluna Victor Hugo, Casagrande é enfático: "Suspendi, já era, não volta nunca mais!" *Pág. 10*

RESPOSTA
Rodosol contesta valores e afirma: "Estão mentindo para o povo do Espírito Santo" *Pág. 8*

COLUNAS DO DIA

PRAÇA OITO
A marca que faltava para Casagrande *Pág. 24*



ELIO GASPARI
Arma-se mais uma bolsa no governo *Pág. 25*



FERNANDO CALAZANS
Botafogo um passo para trás *Pág. 44*



ISSN 1677-4248
9 77 16 77 42 40 48

Cidades.

Menina estuprada por vizinho

Uma adolescente de 13 anos foi estuprada dentro de casa, ontem, na Grande Terra Vermelha, em Vila Velha. O vizinho da vítima foi preso, acusado do crime. **Página 18**

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

REPORTAGEM ESPECIAL

PEDÁGIO NA 3ª PONTE COBRANÇA SUSPENSA POR TEMPO INDETERMINADO

Medida do governo é baseada em auditoria do Tribunal de Contas

◀ O governo do Estado anunciou ontem a suspensão do pedágio na Terceira Ponte por tempo indeterminado, enquanto é realizada a auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES). O corte na cobrança foi uma resolução da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi).

“Isso dará a sociedade capixaba uma segurança com relação a esse contrato”, disse o governador Renato Casagrande, ao anunciar a medida. Ele explicou que o contrato não foi rompido, mas está sendo feito “um equilíbrio com base nos indícios apontados no relatório técnico inicial da auditoria, de forma precavida”.

O relatório do TCE-ES foi divulgado na semana passada, apontando um desequilíbrio de R\$ 798 milhões nos investimentos da Rodosol, além de irregularidades na licitação.

NOVA AÇÃO

Além disso, o governo pediu que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) aprofundem o estudo do relatório nos próximos 30 dias. “A análise do documento vai possibilitar a identificação da necessidade de alguma outra ação administrativa”, salienta Casagrande.

O Tribunal de Contas se comprometeu a dar maior agilidade possível ao processo, conforme pedido do

governador, mas respeitando os prazos processuais.

Para dar continuidade à manutenção da Terceira Ponte, o governo determinou que a Rodosol mantenha os serviços com a arrecadação do pedágio cobrado na Rodovia do Sol, no valor de R\$ 7,20. Mas admite que essa tarifa na rodovia possa ser fixada apenas para manutenção (R\$ 3,15, de acordo com cálculos do ano passado).

A própria Arsi admite que o valor arrecadado não é suficiente para custear todo o sistema, já que hoje passam 9.500 carros diariamente pela rodovia, e entre 75 mil e 80 mil na ponte.

O diretor-geral da Arsi, Luiz Paulo de Figueiredo, insiste que a receita da rodovia, exclusivamente, não cobriria o que é necessário para a manutenção de todo o sistema. “Estamos colocando a responsabilidade também para a concessionária, porque o número que foi apresentado pelo Tribunal de Contas (R\$ 798 milhões) é muito expressivo para que se aguarde até o final do processo de auditoria”, destacou.

O governador entende estar preservando o cidadão e evitando que o “passivo”, ou seja, a conta negativa, fique ainda maior. Ele explica que a suspensão do pedágio não poderia ser completa, incluindo o valor cobrado na rodovia, pois, por contrato, a Rodosol está protegida para que tenha uma fonte de arrecadação para receita.



VITOR JUBINI

Ontem mesmo a Rodosol liberou as cabines para passagem gratuita de veículos

Se o usuário perceber que há algum prejuízo quanto a manutenção, o indicado é telefonar para a Arsi no número 0800 2 8080. Caso seja necessário, a agência fará uma advertência do problema, e persistindo a situação apontada podem ser aplicadas multas contratuais que vão até R\$ 100 mil, de acordo com valores calculados em 1998.

R\$ 10 MILHÕES

Há dois anos, a Arsi já havia feito um levantamento do equilíbrio das contas no contrato com a Rodosol, mas a avaliação encontrou R\$ 10 milhões de diferença entre investimentos e o serviço prestado. Esse estudo, entretanto, não foi concluído, devido a questionamentos que tramitam na Justiça, um deles relativo a uma ação de reajuste de 2008 a 2009.

Para a Arsi, a realização de algumas obras, pela Rodosol, como um mergulhão na Ponta da Fruta, em Vila Velha, e o posto da polícia na Barra do Jucu, na mesma cidade, equilibrariam os investimentos.

“Como o valor a que chegamos é diferente do apresentado pelo Tribunal de Contas, temos que saber como foi que eles fizeram para chegar a isso. Nosso trabalho foi pautado em cima do que o contrato diz. Para chegar a isso (R\$ 798 milhões), só se você desqualificar o contrato”, explicou o diretor-geral da Arsi.

REPORTAGEM ESPECIAL

“A suspensão do pedágio é ação precavida e responsável”

Governador Renato Casagrande garante que medida não é demagógica

Para o governador Renato Casagrande (PSB), a suspensão da cobrança do pedágio na Terceira Ponte é medida necessária, após a divulgação do relatório preliminar da auditoria que vem sendo realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). E ele ressalta que essa decisão não pode ser interpretada como ação eleitoreira ou demagógica. “É uma medida responsável, de precaução, até que se conclua a auditoria”, argumenta. Vice-governador na administração Vitor Buaziz, quando o contrato do governo com a Concessionária Rodosol foi assinado, em dezembro de 1998, ele não teme que sua decisão repercuta na assinatura de contratos com outras empresas.

O que levou o governo a suspender a cobrança do pedágio?

No ano passado tivemos um longo debate sobre o Sistema Rodovia do Sol, o que nos levou a solicitar ao Tribunal de Contas do Estado que realizasse uma auditoria no contrato com a concessionária. Na última semana, foi divulgado um relatório preliminar que aponta diversas inconsistências, tais como um desequilíbrio financeiro de R\$ 800 milhões a favor da empresa, irregularidades na licitação e cobrança a mais de pedágio. Estudamos o assunto durante o fim de semana e adotamos algumas ações que, assim como o resultado da auditoria, também são preliminares.

Quais?

São decisões que afetam um contrato que tem 16 anos. Além de suspender o pedágio por tempo indeterminado, até que se conclua a auditoria, também foi determinado que a manutenção de todo o sistema – Terceira Ponte e Rodovia do Sol – continue sendo feita pela concessionária, sem nenhum custo para os usuários da ponte. Nos próximos 30 dias, também analisaremos o relatório preliminar

da auditoria para verificar a necessidade de outras ações. E solicitamos ao TCE que possa concluir com mais rapidez a auditoria.

Não é um risco para o Estado adotar medidas com base em um relatório preliminar, com conclusão prevista para 2015?

Estamos tomando uma decisão responsável, preservando o erário, o contrato e a população que usa o serviço. Os números apresentados pelo relatório são impressionantes: um desequilíbrio a favor da empresa de R\$ 800 milhões. Não podemos deixar acumular mais um passivo em relação à operadora. Se mais a frente se chegar a conclusão que o cenário é outro, será feito um encontro de contas, com indenização do Estado ou da operadora. Daí a importância da conclusão da auditoria, porque ela irá nos apontar soluções definitivas.

O Estado se prepara para realizar grandes obras. O senhor não teme que esta decisão tenha repercussão na assinatura de contratos do governo com outras empresas?

Esta não foi uma medida demagógica, mas uma decisão tomada com responsabilidade, preservando o contrato. Há um grande debate sobre a cobrança do pedágio na ponte, há dúvidas em relação ao contrato assinado com a Concessionária Rodosol, há indícios de irregularidades apontados pelo relatório preliminar do Tribunal de Contas. Tudo isso nos deu base para tomar a decisão de suspender o pedágio, mantendo o contrato e a manutenção do sistema. Se não concordar, a empresa poderá recorrer à Justiça.

Esta é a quarta auditoria feita no contrato celebrado com a Rodosol. Cada uma delas teve um resultado diferente. O que há de diferente nesta?

Não acompanhei as outras auditorias. Solicitamos a que está sendo realizada pelo Tribunal de Contas e cujo resultado preliminar foi divulgado na semana passada. Com



“O Estado não ficará no prejuízo”, faz questão de ressaltar o governador

ela estamos tentando resolver de forma definitiva e dar segurança em relação a esse contrato. Quando ela for concluída vamos ter condições de informar para a sociedade se há desequilíbrio, e se vamos pedir a nulidade do contrato na Justiça. Se vamos pedir ressarcimento ou se teremos que pagar algo à concessionária. Vamos ter clareza para decidir. O que não se pode é ficar com esse assunto mal resolvido. É um assunto que interessa a todos e que nos exigiu um resultado positivo.

Não é uma decisão populista, adotada próximo a um processo eleitoral?

É uma decisão que está enraizada em um debate iniciado em 2013, muito antes do período eleitoral. Os resultados preliminares da auditoria são im-

pressionantes e não poderíamos aguardar até o fim da auditoria sem uma resposta. Pelo contrário, o Estado tem que responder e apontar que está acompanhando e analisando passo a passo o relatório.

Os deputados estaduais querem suspender o contrato com a concessionária. A proposta tem o seu apoio?

Esta é uma decisão da Assembleia Legislativa. O problema do Decreto Legislativo é que ele é um rompimento unilateral do contrato. E pela lei de concessões, nesta situação, teríamos que indenizar a empresa, como foi apontado pela auditoria realizada pela Fundação Getúlio Vargas, em 2008. Uma indenização, em valores da época, de quase R\$ 430 milhões. Sem contar que, com isso,

teríamos a paralisação do serviço de manutenção, o que representaria uma despesa para o Estado não prevista no orçamento.

A suspensão do pedágio não é uma forma de rompimento do contrato?

Em nossa avaliação não estamos rompendo o contrato, mas agindo de forma precavida e responsável. Estamos fazendo um reequilíbrio a partir de indícios de irregularidades apontados pelo relatório preliminar da auditoria. E a qualquer momento podemos fazer um reequilíbrio no contrato.

A Arsi disse que o pedágio cobrado na rodovia é insuficiente para fazer a manutenção de todo o sistema.

A manutenção é um serviço importante, tanto para a ponte quanto para a rodo-

“O projeto de ampliação da ponte está pronto, mas não podemos fazer porque não temos segurança neste contrato”

“Os números são mesmo impressionantes. E nós não poderíamos ficar sem uma resposta até o fim da auditoria”

“Pela primeira vez a auditoria é completa e teremos um caminho. Ao final, o contrato será anulado? Vamos romper ou não?”

via, por isto vamos manter o pedágio na rodovia, como uma fonte de receita. Não podemos obrigar a empresa a trabalhar de graça, ou seríamos acusados de romper o contrato. Mas estamos transferindo a responsabilidade para a concessionária, para que até o final da auditoria ela assuma este custo e aguarde, como nós, a análise de todo o processo. Ao final, esse reequilíbrio poderá ser feito. O Estado, com toda certeza, não ficará no prejuízo.

E o projeto de ampliação da ponte?

Todas as obras estão suspensas até a conclusão da auditoria. Neste momento, não temos como avaliar quem seria responsável pelos investimentos.

MARCOS FERNANDEZ

REPORTAGEM ESPECIAL

Tarifa reduzida em rodovia

Governo estuda garantir cobrança do pedágio apenas para manutenção da Rodovia do Sol

▲ O valor do pedágio cobrado na praça localizada na Rodovia do Sol, no valor de R\$ 7,20, poderá ser reduzido. A proposta está sendo avaliada pelo governo do Estado. A intenção é que seja cobrado no local somente o valor suficiente para os custos de manutenção da rodovia e da Terceira Ponte.

A análise vai ficar a cargo da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e da Secretaria de Controle e Transparência (Secont). Aos dois órgãos o governador Renato Casagrande deu um prazo de 30 dias para que seja feita uma avaliação mais detalhada sobre o relatório

preliminar da auditoria que está sendo realizada no contrato da Concessionária Rodosol com o Estado, por técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

HISTÓRICO

No último levantamento realizado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura (Arsi), no ano passado, o custo de manutenção da ponte era de R\$ 0,80. Já os cuidados com a rodovia equivaliam a R\$ 3,15 do valor do pedágio cobrado. Na manutenção estão incluídas, segundo a Arsi, assistência mecânica, atendimento por ambulâncias, guincho, carro pipa, recolhimento de animais, entre outros serviços.

Novos cálculos vão ser feitos para se chegar a um custo único, que in-

clua a ponte e a rodovia. Se ele for bem inferior ao pedágio cobrado atualmente – alvo de protestos no ano passado –, ele poderá ser reduzido.

O problema é que a arrecadação obtida pela concessionária na praça de pedágio da rodovia, na Praia do Sol, não é suficiente para cobrir os custos de manutenção do sistema (ponte e rodovia), segundo informa Luiz Paulo de Figueiredo, diretor-geral da Arsi.

Por decisão de Casagrande, a concessionária deverá assumir o ônus até que a auditoria seja concluída. “A determinação é que a empresa faça a manutenção do serviço. Se ela não concordar, terá que ir à Justiça”, deixa claro o governador.

EDSON CHAGAS - 29/06/2013



Em junho de 2013, moradores protestaram contra preço cobrado na Rodovia do Sol

O QUE ELES ACHAM



“A verdade é que a Terceira Ponte já está paga há muito tempo. Apenas agora veio à tona. Espero que permaneça com o pedágio liberado”

GERALDO DA SILVA, 59
PEDREIRO



“Essa vitória é fruto das manifestações do ano passado. Acho que o pedágio pode ser um valor mínimo para manter a estrutura de pé, não um valor gritante”

ALVARO DIAS, 22
ESTUDANTE



“Tinha passado da hora desse valor cair. Pagamos impostos caríssimos e pouco temos de retribuição. Ponte aberta para o povo de bem que trabalha dia a dia”

FERNANDA BELA, 29
AUXILIAR ADMINISTRATIVA



“Agora, com a liberação do pedágio, vai ficar mais viável visitar parentes, amigos e conhecidos que moram do outro lado. Desejo que continue desse jeito”

ANTÔNIO SILVÂNIO, 39
SOLDADOR



“Sou uma lutadora da causa e nunca fui a favor da cobrança. Espero que a queda da tarifa possa continuar e que o governo invista mais em escolas e hospitais”

ERONDINA GOMES, 52
ESTETICISTA



“Diferentemente de muita gente, acho que devemos pagar o pedágio para mantê-la sempre intacta e em boas condições para passar de carro”

GEORGE VIEIRA LIMA, 23
AUXILIAR DE LIMPEZA



“Para o meu filho, que sai de Vitória e vai para Vila Velha todos os dias para estudar, vai ser mais que uma bênção. Vai sobrar para investir no futuro”

MARIETA BARBOSA, 48
TÉCNICA EM ENFERMAGEM



“Sou morador de Vila Velha e acho um absurdo pagar todos os dias para trabalhar. Essa tarifa já tinha que ter caído antes”

MAGNO JACKSON, 25
ARTISTA



“Não via a necessidade de pagar tanto pela Terceira Ponte. Foram anos e anos roubando nosso dinheiro. Chega!”

ANDREIA FURTADO, 40
COZINHEIRA



“Acho que agora que liberaram as cabines de pedágio não tem mais que voltar. Só se o governo quiser mais briga com o povo”

FRANCIELE NASCIMENTO, 25
SERVIÇOS GERAIS



“A liberação das catracas é justa. O povo, pobre e humilde, já não tinha condições de pagar esse valor todos os dias”

ARNALDO PEDRO, 43
EMPRESÁRIO



“Com o dinheiro que não vou mais gastar pagando pedágio, vai sobrar para investir na minha casa, entre outras necessidades”

JEAN SILVA, 31
PEDREIRO

REPORTAGEM ESPECIAL

Novo decreto contra a cobrança

Deputado apresentou novo projeto, que acabou ofuscado pela suspensão do pedágio

O dia começou ontem com mais uma tentativa do deputado Euclério Sampaio (PDT) de emular um projeto de Decreto Legislativo para cancelar o contrato de concessão da

Terceira Ponte e da Rodovia do Sol do governo do Estado com a Concessionária Rodosol.

Mas ele acabou atropelado pelo anúncio, no início da tarde, do governador Renato Casagrande (PSB) da decisão de suspender, por tempo indeterminado, a cobrança do pedágio da Terceira Ponte.

A maioria dos deputados estava com discurso afinado em apoio à decisão do governo. Sobre o cancelamento, a fala constante entre os parlamentares era a necessidade de se esperar a conclusão da auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES), que já apontou, preliminarmente, irregu-

laridades na concessão.

No ano passado, projeto de decreto semelhante foi arquivado após parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pela inconstitucionalidade.

Euclério negou que seu projeto tenha sido esvaziado. "Ele não cancelou o pedágio da Terceira Ponte. Ele suspendeu parcial-

mente", comparou.

Durante a sessão, Euclério apontou a possibilidade de, após as eleições de outubro, o pedágio voltar a ser cobrado. Ele e Gildevan Fernandes (PV), responsável pelo parecer negativo na CCJ no ano passado, protagonizaram um início de bate-boca na sessão. "Seu projeto era e é incons-

titucional", disse Gildevan.

O projeto ainda passará por quatro comissões, até poder ir para votação.

Ainda ontem, o presidente da Assembleia Legislativa, Theodorico Ferraço (DEM), requereu ao TCES a inclusão da Casa como um dos autores do pedido de auditoria do contrato.

A OPINIÃO DOS DEPUTADOS



▲ **Aparecida Denadai (PDT)**

"Foi sensacional. Foi a maior vitória do governo e do capixaba. Veio na hora certa"



▲ **Atayde Armani (DEM)**

"Foi a decisão correta. Ele não poderia se eximir, neste momento, de tomar essa atitude"



▲ **Claudio Vereza (PT)**

"A população capixaba é quem é mais vitoriosa com essa decisão correta e corajosa do governo"



▲ **Josias da Vitória (PDT)**

"Decisão corajosa, que demonstra responsabilidade. Decisão acertada com os pareceres dos técnicos"



▲ **Dary Pagung (PRP)**

"O governo respeitou uma auditoria séria, e com isso responde a um anseio antigo da população capixaba"



▲ **Hércules Silveira (PMDB)**

"O governo antecipou o que a Assembleia ia fazer. Agora precisamos lutar contra pedágio na BR 101"



▲ **Euclério Sampaio (PDT)**

"Entendo que tem que ser suspenso tanto o pedágio da Terceira Ponte quanto o da Rodovia do Sol"



▲ **Elcio Alves (DEM)**

"Pareceu-me a decisão acertada. Todos os 24 deputados presentes ao anúncio aplaudiram"



▲ **Esmael Almeida (PMDB)**

"Tomou uma decisão corajosa baseada num relatório preliminar que ele pediu"



▲ **Eustáquio de Freitas (PSB)**

O governo agiu com prudência, agiu com equilíbrio e no tempo certo do apelo popular"



▲ **Genivaldo Lievoro (PT)**

"Há mais de 15 anos esse é o anseio do capixaba. Mas ainda temos de analisar, pois o assunto é polêmico"



▲ **Gildevan Fernandes (PV)**

"Nós fizemos a aposta correta ano passado. Precisava ter a auditoria. O governo agora tem respaldo para suspender"



▲ **Gilsinho Lopes (PR)**

"Excelente. Todo líder precisa ter a sensibilidade para tomar a decisão na hora certa para a sociedade"



▲ **Glauber Coelho (PSB)**

"Renato tomou uma decisão de estadista. Nenhum outro governador tomou essa decisão. Ele ouviu o povo"



▲ **Jamir Malini (PTN)**

"Recebi a decisão com alegria. O governo caminhou em direção às necessidades do povo"



▲ **Janete de Sá (PMN)**

"Com a suspensão da cobrança do pedágio, quem mais sai ganhando é a população capixaba"



▲ **José Carlos Elias (PTB)**

"A auditoria comprovou que recursos não foram investidos. Poderia haver um prejuízo maior. Fez o certo"



▲ **José Esmeraldo (PMDB)**

"Acertadíssima. Foi uma decisão democrática, de interesse da população, que não aceita mais pedágio"



▲ **Lucia Dornellas (PT)**

"Uma decisão corajosa, sábia e no momento oportuno. O governo acertou com a suspensão"



▲ **Luiz Durão (PDT)**

"Agora, é preciso esperar o relatório final para se encontrar uma solução definitiva"



▲ **Luzia Toledo (PMDB)**

"Foi uma decisão importante do governador. Se manifestou no momento em que poderia"



▲ **Marcelo Santos (PMDB)**

"Foi decisão amparada pelo princípio da legalidade. Não se pode suspender sem motivo"



▲ **Marcos Mansur (PSDB)**

"Foi decisão tardia. Queríamos isso há muito tempo. Já sabíamos disso desde o ano passado"



▲ **Paulo Roberto (PMDB)**

"Como fiscalizador, aguardarei texto da decisão para saber juridicamente o que foi isso"



▲ **Roberto Carlos (PT)**

"Uma decisão coerente do governo, sobretudo de olho nas manifestações que poderiam acontecer"



▲ **Rodrigo Coelho (PT)**

"É coerente com nosso desejo. Acredito que tomou a decisão porque tinha elementos"



▲ **Sandro Locutor (PPS)**

"Foi uma atitude responsável. Ouviu o clamor das ruas. Suspendeu para evitar possíveis prejuízos"



▲ **Solange Lube (PMDB)**

"É salutar que se suspenda, mas é preciso também esperar o resultado da auditoria do Tribunal de Contas"



▲ **Theodorico Ferraço (DEM)**

"Quero também crer que o governo possa pensar numa solução para o pedágio de Guarapari"



▲ **Vandinho Leite (PSB)**

"Foi uma decisão feita em cima do relatório do Tribunal de Contas, sensata, coerente"

ESTÃO MENTINDO PARA O POVO DO ESPÍRITO SANTO

A RodoSol recebeu **R\$ 632 milhões** em 14 anos

A RodoSol gastou **R\$ 520 milhões** em 14 anos

A RodoSol teve um lucro de **R\$ 112 milhões** em 14 anos.

Ora, como pode uma empresa que recebeu R\$ 632 milhões ter levado vantagem de R\$ 800 milhões?

A SOCIEDADE PRECISA SABER DESSA MENTIRA.

As informações que serviram de base para a suspensão da cobrança do pedágio da Terceira Ponte, produzidas irresponsavelmente pelo Tribunal de Contas, são mentirosas e repletas de nulidades.

Entre as mais absurdas, está a afirmação fantasiosa de que a RodoSol teria levado vantagem de R\$ 798 milhões, soma que é muito superior aos R\$ 632 milhões recebidos pela empresa nos 15 anos da concessão.

É igualmente falsa a informação do relatório preliminar do Tribunal de que houve sobrepreço na tarifa básica da concessão. O preço apresentado na concorrência foi, inclusive, inferior ao valor estabelecido pelo Governo do Estado, no Edital da época.

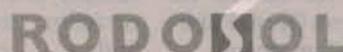
Vale lembrar que o mesmo Tribunal de Contas, na auditoria realizada em 2010, nada de irregular apontou no mesmo contrato da RodoSol. Outros três estudos já realizados sobre o tema (CPI da Assembléia Legislativa, Fundação Getúlio Vargas e Auditoria Geral do Governo do Estado) igualmente nada encontraram de errado no contrato.

Uma das auditorias foi presidida e conduzida pelo hoje conselheiro do Tribunal de Contas Sebastião Ranna em 2005, na época Auditor Geral do Estado. Naquela auditoria, nenhuma irregularidade foi identificada, procedendo-se à assinatura de Termo Aditivo para reequilíbrio do contrato, com reconhecimento expresso de que a concessionária estava sendo prejudicada em R\$ 157 milhões.

Portanto, se agora o Tribunal de Contas aponta irregularidades no mesmo contrato, não poderia ter deixado de intimar o conselheiro Sebastião Hanna para apresentar defesa ou esclarecimento, a exemplo do que fez com as autoridades que participaram da elaboração e da fiscalização do contrato.

Sem ter tido direito de defesa, o que constitui grave violação de princípio básico de Direito, a RodoSol julga importante denunciar a conduta irresponsável do Tribunal de Contas na divulgação de um relatório preliminar repleto de nulidades, números irreais e desrespeito às leis.

Trata-se de uma autêntica e absurda condenação prévia, que tem como vítimas, além da própria empresa, os usuários do Sistema RodoSol, o Estado de Direito, a segurança jurídica, bem como os contribuintes do Estado do Espírito Santo.

The logo for RodoSol, featuring the word "RODOSOL" in a bold, sans-serif font. The letters are white and set against a dark, rectangular background that has a diagonal split, with the top-left portion being a lighter shade of grey.

REPORTAGEM ESPECIAL

Rodosol nega superfaturamento e contesta dados da auditoria

VITOR JUBINI



Funcionários da Rodosol fecharam as cabines da Terceira Ponte na tarde de ontem após decisão do governo do Estado de suspender a cobrança do pedágio

Concessionária admite ter obtido lucro de R\$ 112 milhões em 14 anos de concessão

▲ A Concessionária Rodosol – que administra a Rodovia do Sol e a Terceira Ponte – garante que o lucro ela obteve em 14 anos de concessão foi de R\$ 112 milhões. Uma cifra bem distante dos quase R\$ 800 milhões apontados pelo relatório preliminar da auditoria que está sendo realizada no contrato do governo com a empresa por técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Na avaliação preliminar da auditoria, houve superfaturamento nos custos operacionais, administrativos e de mão de obra praticados pela Rodosol. A empresa teria declarado investimentos para os quais arrecadou recursos por meio de pedágio, mas que acabaram não sendo executados.

Uma afirmação que a Rodosol nega. Desde que assinou o contrato com o governo, em dezembro de 1998, até o final de 2012 – período

de 14 anos sob análise da auditoria do TCE –, a concessionária afirma ter recebido R\$ 632 milhões. No mesmo período, garante ter feito investimentos da ordem de R\$ 520 milhões.

RELATÓRIO

Prova de que a concessionária já vinha sofrendo com os desequilíbrios financeiros ocasionados também pela falta de reajuste do pedágio, ela alega vir de um relatório do próprio governo, assinado por Sebastião Carlos Rana de Macedo, atual conselheiro do TCE e, à época, auditor-geral do Estado.

Em um trecho do relatório, a Auditoria-Geral do Estado aponta que, “havia uma perda de arrecadação para o sistema de concessão”, o que provocava uma economia para os usuários da ponte e da rodovia da ordem de quase R\$ 157 milhões nos próximos 18 anos, a preços de 2005.

Com base nessa avaliação, o Auditoria-Geral do Estado comunicava à concessionária que assumiria

“Trata-se de uma autêntica e absurda condenação prévia. Estão mentindo para o povo”

RODOSOL CONCESSIONÁRIA

investimentos que ela deveria fazer, tais como a urbanização do Canal Bigossi, duplicação do contorno de Guarapari, dentre outras obras. O documento é datado de outubro de 2005.

ABSURDAS

Em nota oficial, a Rodosol caracteriza como “absurdas e fantasiosas” as afirmações de que teria deixado de investir R\$ 798 milhões, “soma que é muito superior aos R\$ 620 milhões de receita bruta obtidos pela empresa nos anos da concessão”.

A concessionária garante que as informações que ser-

viram de base para a suspensão da cobrança do pedágio na Terceira Ponte foram “produzidas irresponsavelmente pelo Tribunal de Contas”, e que elas “são mentirosas e repletas de nulidades”. E vai além, afirmando: “Estão mentindo para o povo do Espírito Santo”.

A empresa garante ainda que “irá cumprir todas as determinações do governo do Estado” e que “confia no restabelecimento da segurança jurídica”.

Na avaliação da Rodosol, o TCE foi irresponsável ao divulgar um relatório preliminar, antes mesmo que a empresa pudesse contestar ou apresentar sua defesa. “O que constitui grave violação de princípio básico do Direito”, diz a nota da empresa, acrescentando que o relatório “está repleto de números irreais e desrespeito às leis, jogando a opinião pública contra a concessionária”.

“Trata-se de uma autêntica e absurda condenação prévia, que tem como vítimas, além da própria empresa, o Estado de Direito e a segurança jurídica”, afirma.

MP defende relatório, mas faz ressalvas

▲ Procurador-geral do Ministério Público de Contas, Luís Henrique Anastácio disse ser favorável às conclusões do relatório elaborado pela equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado, que embasou a decisão do governador Renato Casagrande de suspender a cobrança do pedágio da Terceira Ponte. Mas ele fez ressalvas.

“Da maneira como estava, não havia como defender o pedágio. Não é isso que defendemos, mas é preciso respeitar os ritos, sem atropelos. É preciso garantir o contraditório, pois estamos num Estado democrático”.

Ele defendeu a qualidade do relatório. “Foi feito por auditores experientes, e não creio em erros crassos como a Rodosol argumenta”.

Anastácio se mostrou preocupado com a manutenção dos serviços. “Temos de estar atentos a serviços de ambulância, manutenção e

reboque. Um carro parado por muito tempo na ponte paralisa o trânsito de toda Grande Vitória. Também não podemos admitir que a Terceira Ponte fique largada como a Segunda Ponte”.

O procurador disse que o MP de Contas já iniciou a análise do relatório dos técnicos do TCE, mas o prazo de 30 dias não deve ser respeitado. Segundo ele, o objetivo é ir além. “Queremos todo o histórico disso, da CPI da Rodosol (aberta em 2003 na Assembleia) e das auditorias feitas pelo próprio Tribunal e pela Fundação Getúlio Vargas. Não vamos ficar só no relatório atual. É algo complexo e trabalhoso”.

Procurado, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Domingos Taufner, não quis comentar a decisão tomada em cima de um relatório preliminar. “O que tinha para falar, falei na semana passada”.

Projeto de ampliação da Ponte está pronto

▲ O projeto de ampliação da Terceira Ponte está pronto, mas vai ter que aguardar o fim da auditoria para ter as obras iniciadas. Isso porque, até lá, não está determinado de

quem é a responsabilidade dos trabalhos: do governo ou da Rodosol.

“Continuaremos com o projeto de alargamento independente de ter praça do pedágio ou não”, diz o

secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, Fábio Damasceno.

Ele conta que a Ponte será alargada 1,5 metros para cada lado, ficando com três faixas em cada

sentido, sendo que o BRT-corredor exclusivo para ônibus – passará pelo meio. “Ela será bastante trabalhada em estrutura metálica. Estamos em fase de finalização do orça-

mento do projeto”.

Também está pronto o plano para cobrir o canal Avenida Carioca, na descida da Terceira Ponte no município de Vila Velha. Essa e outras melhorias permitirão realizar os encaixes de trânsito necessários para desafogar os

acessos.

“Podemos garantir que independente da situação a população terá a ampliação da Ponte, sabemos o que dá para executar na via. Só precisamos saber de quem é a conta”, comenta o secretário de Transportes e Obras.

REPORTAGEM ESPECIAL

Suspensão deve aumentar fluxo de veículos

Guardas municipais de Vitória e de Vila Velha vão reforçar a fiscalização nos acessos

As guardas municipais de Vitória e de Vila Velha vão reforçar a partir de hoje a fiscalização nos acessos à Terceira Ponte. A expectativa é de que a suspensão da cobrança do pedágio aumente o fluxo de veículos transitando pela via e nas imediações.

O próprio governador Renato Casagrande solicitou aos prefeitos da Capital, Luciano Rezende, e de Vila Velha, Rodney Miranda, apoio na fiscalização do trânsito. “Conversei com os prefeitos, expliquei minha decisão e informei que poderemos ter

impacto no trânsito”, explicou o governador.

Em Vitória, Rezende adiantou que já determinou um reforço na fiscalização e no policiamento da região, a ser feito pela Guarda da Capital. “Durante todo o dia de amanhã (quarta-feira) faremos um monitoramento dos acessos à ponte, assim como nos próximos dias para avaliarmos o impacto”, explicou o prefeito, avaliando como “corajosa e importante” a decisão de Casagrande de suspender o pedágio.

Na opinião de Rezende, o fluxo de carros deve aumentar, mas, em contrapartida, a expectativa é de que a retenção no trânsito causada pela praça do pedágio, onde é feita a co-

brança, deixe de existir. Em alguns dias, observa o prefeito, a retenção nos momentos de pico chegava até a Ponte da Passagem.

Em Vila Velha, a secretária de Prevenção e Combate à Violência, Fabiana Maioral, informou que 16 agentes da guarda do município vão atuar nos acessos à ponte. “Já tínhamos ampliado o efetivo no local de 4 para 12 guardas quando o pedágio foi reduzido”, relatou a secretária.

Ela informou que o município já tinha constatado um crescimento acentuado do fluxo de veículos na ponte após a redução do pedágio. “Paramuitas pessoas, a redução torna vantajoso ir de carro para o trabalho”, explicou.



FERNANDO MADEIRA

Luciano Rezende acredita que retenção causada pela praça do pedágio deve diminuir

Tag: usuários podem pedir devolução

Com a suspensão da cobrança do pedágio na Terceira Ponte pelo governo do Estado, usuários da via que possuem Tag – aparelho para cobrança eletrônica instalado dentro do veículo – da Via Expressa e pagam antecipadamente, de forma mensal, pelo serviço

podem solicitar a devolução da quantia na loja que fica na Praça do Pedágio ou no Shopping Praia da Costa. A informação é da Concessionária Rodosol.

Quem preferir continuar com a Tag pode utilizar o crédito no pedágio da Rodovia do Sol, na praça de cobrança localizada na

Praia do Sol. No local, a cobrança permanece, com o valor de R\$ 7,20.

Mas quem é usuário da Terceira Ponte e da Rodovia do Sol e não possui créditos acumulados precisa devolver a Tag, já que o serviço é de comodato, e a empresa é prestadora de serviços.

lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



Hoje é o primeiro grande teste: o trânsito melhora ou piora sem o pedágio?

Casagrande: “Pedágio não volta nunca mais”

De Casagrande ao ser interpelado pela coluna ontem à tarde, na antessala do seu gabinete, sobre se agora ele ficaria conhecido na história como o governador que suspendeu a cobrança do pedágio na Terceira Ponte: “Suspendi, já era, não volta nunca mais!”

Até intervenção

A cúpula do governo do Estado trabalhou no fim de semana com pelo menos cinco hipóteses para o desfecho do contrato de concessão da Rodosol/Terceira Ponte. A mais radical era uma intervenção pura e simples no contrato, mas, no final, prevaleceu a tese mais simpática ao governador, que era a suspensão do pedágio da ponte.

Cautela

“Decidimos pela proposta que tem a maior segurança jurídica. Se optássemos pela intervenção, daríamos uma margem muito grande para a empresa (a Rodosol) vencer a batalha na Justiça”, ponderou um palaciano de alto calibre.

Trabalho extra

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice, não teve feriadão. Ele, ao lado de três auxiliares, ficou estudando, na sua própria casa, o contrato de concessão da Rodosol. Em outros momentos, as reuniões foram realizadas na residência oficial do governo do Estado da Praia da Costa.

Vamos torcer!

Tomara que os doutores não exijam o pagamento de hora extra. É que o pessoal da PGE ganha tão bem que qualquer horinha a mais remunerada dá um abalo no caixa...



O CORAÇÃO DO CAUDILHO

Alguns “artista” resolveu “homenagear” o ex-presidente Getúlio Vargas, na praça que leva seu nome no Centro de Vitória, com um coração pintado no peito da estátua do falecido ditador. FOTO: ALEXANDRE DAMÁZIO

PHs ácidos

Seis deputados – Paulo Roberto (PMDB), Eulécio Sampaio (PDT)

anunciou a suspensão do pedágio da Terceira Ponte. “São os hartunguistas” comentou um auxiliar

REPORTAGEM ESPECIAL

Como fica o futuro da concessão

Os cenários possíveis vão desde rompimento do contrato pela Assembleia até um processo judicial

◀ A suspensão da cobrança do pedágio da Terceira Ponte é apenas mais um passo do complexo andamento da disputa entre governo e Rodosol a respeito no processo de concessão. Os cenários possíveis vão desde rompimento do contrato pela Assembleia Legislativa, à cobrança de algum valor para manutenção dos serviços e da estrutura da ponte, além de um processo judicial que pode passar por todas as instâncias do Poder Judiciário.

A auditoria do Tribunal de Contas do Estado está na fase das manifestações das partes citadas no relatório preliminar.

Na Justiça, aguarda-se pela conclusão da auditoria para o andamento da ação. O contrato pode ser até anulado, mas vai depender de uma série de análises ainda a serem feitas, e de respostas que ainda não existem.

TIRA-DÚVIDAS

Pagamento Os motoristas vão deixar de pagar definitivamente o pedágio?

Não. O pagamento do pedágio na Terceira Ponte está suspenso por tempo indeterminado, mas o governo aguarda a conclusão da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) para ter uma decisão definitiva sobre o que será feito

Análise O que acontece ao final do prazo que a equipe do governo vai usar para avaliar o relatório preliminar do Tribunal de Contas do estado?

São 30 dias em que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) farão uma análise aprofundada de tudo o que aponta o

relatório dos técnicos do TCE para identificar outras medidas administrativas necessárias, além da suspensão do pedágio na Terceira Ponte. Uma das medidas que está sendo avaliada é a redução do pedágio cobrado na Praça do Sol, na rodovia

Rompimento A Assembleia pode decidir romper o contrato independentemente do governo?

Pode. O decreto legislativo deve entrar em pauta após audiências públicas que serão agendadas. No entanto, a rescisão não é recomendada pelo governo e, se avançar, seu modelo deixa brechas para mais questionamentos jurídicos e também para que a empresa cobre, do governo, indenizações por rompimento unilateral do contrato. Também pode

ser usada pelo Legislativo para medir força com o Executivo

Decreto Qual é o poder do decreto legislativo da Assembleia em relação ao rompimento do contrato?

O projeto de decreto precisa ser publicado no Diário do Legislativo para depois seguir para discussão especial, que acontece em plenário entre os deputados, durante três sessões. Depois dos procuradores da Casa dá um parecer prévio sobre o decreto. Em seguida, o decreto vai para análise de quatro comissões: Justiça, Cidadania, Mobilidade Urbana e Finança. O projeto volta então para o plenário, onde é lido e publicado. Por fim, entra em discussão e votação pelos deputados

Ressarcimento As pessoas que quiserem cobrar da concessionária o que foi pago a mais no pedágio precisam fazer o quê?

A Justiça já tinha orientado as pessoas que transitam pela Terceira Ponte a guardarem os recibos de pagamento do pedágio até a conclusão do processo. Após concluída a ação na Justiça, e de acordo com o resultado, é que será possível saber se poderá ser pedida a devolução do que foi pago a mais de pedágio

Agilidade O prazo para conclusão da auditoria do Tribunal de Contas do Estado vai diminuir a partir do pedido do governador para que o órgão agilize a análise?

O TCE informou que dará

a maior agilidade possível ao processo, mas que os prazos processuais precisam e serão respeitados. Os prazos são os seguintes:

- ▼ Contados desde ontem, a concessionária Rodosol tem 30 dias para apresentar sua defesa. Este prazo pode ser prorrogado
- ▼ Feita a defesa, a área técnica do Tribunal tem 90 dias para apresentar o parecer conclusivo. Este prazo também pode ser prorrogado
- ▼ O MP de Contas tem 30 dias para analisar os autos do processo
- ▼ Após a avaliação do MP de contas, o relator (conselheiro Carlos Ranna) elaborará o documento que será analisado pelo colegiado. Não há prazo definido pelo regimento interno do TCE para esta fase do processo

REPORTAGEM ESPECIAL

HISTÓRICO DA PONTE

Década de 1970

▼ O projeto

Em 1973, a Terceira Ponte começou a ser idealizada quando o então governador Arthur Gerhard Santos anunciou uma ligação entre a Praia do Suá e Vila Velha. Mas a obra só foi iniciada em 1978, no governo de Élcio Álvares.

▼ CPI

Primeira suspeita Dois anos depois do início da obra, é criada CPI para investigar desvio de verba nos contratos e obras.

Década de 1980

▼ Paralisação

As obras foram paralisadas em 1980 e retomadas quatro anos depois.

▼ Concessão

A primeira tentativa de concessão ocorreu em 1982, com lançamento de edital internacional para que a iniciativa privada continuasse a obra, com possibilidade de pedágio. Mas uma pesquisa mostrou que o fluxo de veículos seria pequeno, o que aumentaria em muito o valor do pedágio.

▼ Obras

As obras continuaram no governo de Gerson Camata, de 1983 a 1986, mas não foram concluídas. Em 1987, o governador José Moraes inaugurou a iluminação da ponte, com sem ela pronta.
- Em 22 de dezembro de 1987, o governador Max Mauro atravessou a ponte, após conclusão do vão central.
- Sem recursos, o governo estadual propôs o repasse do custo para as empreiteiras, em troca de cobrança de



Nos anos 80, 4 anos de obra parada

As obras foram paralisadas em 1980, e só seriam retomadas quatro anos depois. O então governador Eurico Rezende buscou recursos do governo federal. A paralisação gerava prejuízos de Cr\$ 112 milhões (moeda da época)



pedágio. A empresa Operações de Rodovias Ltda (ORL) gerenciou a Terceira Ponte desde sua inauguração, em 1989, até 1998.

▼ A inauguração

As obras foram reiniciadas em 1985 e foram entregues em 23 de agosto de 1989.

Década de 1990

▼ Pedágio não acaba

Em dezembro de 1998, no governo de Vitor Buáiz, o Estado concedeu à iniciativa privada, por meio da Concessionária Rodosol, a modernização, recuperação e duplicação da Terceira Ponte e também da Rodovia do Sol. O contrato foi fixado em 25 anos, e a cobrança do pedágio mantida para viabilizar as obras e



DIVULGAÇÃO

serviços previstos na Terceira Ponte e no trecho de 67,5 km da Rodovia do Sol.

Anos 2000

▼ CPIs

A Assembleia

Legislativa cria duas CPIs para apurar suspeitas de irregularidades no processo de concessão.
- A quarta CPI é instalada em 2003 e concluída em 2004.

Foram apontadas irregularidades como atraso na execução das obras do Canal Bigossi. Na cobrança do pedágio foi apontada falta de estudos de viabilidade econômica para explicar os valores praticados, que seriam maiores que o necessário.

▼ Protestos

Em julho de 2013, manifestantes vão às ruas pedindo também o fim do pedágio. A Assembleia é ocupada por um grupo que defendia aprovação de decreto que acabava com a cobrança, considerado inconstitucional.
- Ainda em julho de 2013, o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) acolhe pedido para fazer auditoria do contrato de

concessão 001/1998, do Sistema Rodovia do Sol, que abrange a Terceira Ponte e a Rodovia ES-060, de Vila Velha a Guarapari. O pedido foi do governo do Estado, da Assembleia Legislativa, Ministério Público do Estado (MPES) e Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi).

▼ Adiamento e conclusão

Depois de dois adiamentos, um primeiro relatório foi divulgado pelo TC-ES no último dia 16 de abril, apontando irregularidades no contrato de concessão.
- Ontem, governo do Estado anunciou a suspensão do pedágio na Terceira Ponte por tempo indeterminado, enquanto é realizada a auditoria.

NESTOR MULLER /ARQUIVO



A obra da ponte foi iniciada em 1978, no fim do governo de Élcio Álvares



Atravessar a ponte foi possível, em 1987, após a conclusão do vão central

REPORTAGEM ESPECIAL

Empresários: insegurança jurídica

Presidente da Findes teme que rescisão interfira em serviços de manutenção da ponte

“Este tipo de medida não é benéfica para nenhuma das partes, muito menos para o Estado porque cria um sentimento de insegurança jurídica”, afirma o presidente da Federação das Indústrias (Findes), Marcos Guerra, sobre a decisão do governador Renato Casagrande de suspender a cobrança de pedágio na Terceira Ponte e de suspender o contrato da Rodosol com o governo do Estado.

Sem criticar de forma incisiva a medida, Guerra afirmou que é preciso saber se rescindir o contrato, antes do relatório final do Tribunal de Contas do Estado garantirá os serviços de manutenção da ponte.

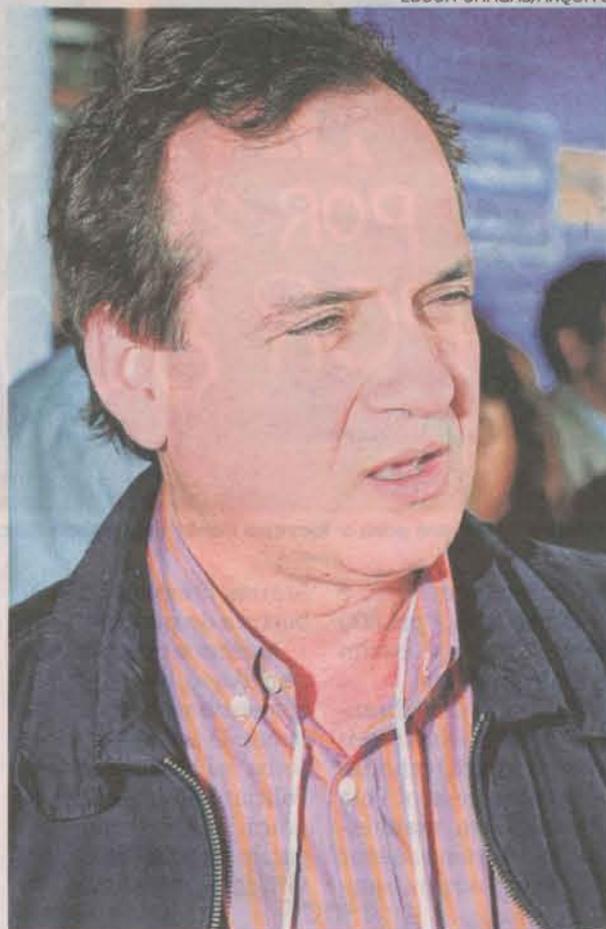
“A população, naturalmente, quer tudo de graça, só que é preciso ter muito cuidado com este ti-

po de situação. O Espírito Santo precisa de investimentos em infraestrutura, mas se o poder público não pode bancar estes gastos, será que a iniciativa privada estará disposta a investir sem ter esta garantia jurídica em relação aos contratos?”, questiona o presidente da Findes.

Ele concorda com a revisão de contratos, caso eles representem prejuízos para uma das partes ou para a população. Revisão de contratos é uma atitude normal, “mas, o serviço prestado pela empresa, no caso a Rodosol, não é de uma simples rodovia, envolve muito mais estrutura”, ressalta Guerra. Por isso é que rompimento de contrato é um a coisa tão séria, avalia ele.

Em ano eleitoral, Guerra acredita que “tem muita gente querendo utilizar a Terceira Ponte como palanque político. O governo precisa ter sabedoria neste momento”, destaca o em-

EDSON CHAGAS/ARQUIVO



Marcos Guerra defende relatório final de auditoria

—
“O governo deveria aguardar a análise da defesa da Rodosol”
 —

EVANDRO DE CASTRO BASTOS
 PROFESSOR DA UFES

presário que reforça, ainda, a necessidade de se pensar na mobilidade urbana, que é um problema urgente”.

ANÁLISE

O correto, neste caso, afirma o advogado e professor de Direito Administrativo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Evandro de Castro Bastos, é que se espere o final da análise dos contratos. “É um direito garantido pela Constituição Federal”, explica ele.

Antes de fazer um rompimento, as partes ou uma das partes precisa ter segurança sobre a medida, já que existe um contrato em vigor, defende o professor da Ufes.

“Se o Tribunal de Contas ainda está analisando o assunto, o governo tem que esperar. A Rodosol já encaminhou sua defesa, depois da redução no valor do pedágio no ano passado, então, não é compreensível uma medida como esta do governo, antes que se tenha uma posição final do Tribunal de Contas”, defende Bastos.

Com a decisão de romper o contrato e não aguardar uma posição final do Tribunal de Contas, o prejuízo para o poder público pode ser maior, avalia o advogado. “É inadmissível que em pleno século XXI se adote uma medida que não respeita o direito das duas partes envolvidas num contrato”, afirma.

REPORTAGEM ESPECIAL

Grupo protesta na Terceira Ponte

FERNANDO MADEIRA

Manifestação com cerca de 100 pessoas foi pacífica, mas trânsito ficou complicado

Um grupo de cerca de 100 manifestantes – número informado pelos agentes da Polícia Militar – fez um protesto pelas ruas da Capital, contra as irregularidades encontradas no contrato da Terceira Ponte entre a Rodosol e o governo do Estado. Os manifestantes partiram da Assembleia Legislativa e foram até a Praça do Pedágio, na noite de ontem.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) avaliou o ato como pacífico e que não houve registro de confronto ou tumulto. Nenhuma via precisou ser interditada, segundo o governo, mas houve retenção de veículos nas proximidades do pedágio. A manifestação foi agendada em um grupo do Facebook e teve a



Participantes saíram da Assembleia e seguiram para a Terceira Ponte segurando faixas de protesto contra possível lucro de concessionária

confirmação de mais de duas mil pessoas.

O protesto estava marcado para às 18h, mas o grupo de manifestantes só saiu da frente da Assembleia Legislativa às 19h40. Com cartazes e faixas nas mãos, cantaram músicas que caracterizavam os objetivos do movimento, ao

som de tambores. “Não é por 20 centavos, é por 800 milhões”, estava escrito em uma das faixas.

As cabines de cobrança de pedágio da Terceira Ponte foram fechadas com placas de aço. Pelo menos quatro manifestantes tentaram saquear as cabines; outros, que-

braram lâmpadas da cobertura do pedágio.

Mesmo sem a cobrança de pedágio, houve grande congestionamento na ponte. O acesso para Vila Velha foi bloqueado pela Polícia Militar antes da praça. Carros que seguiam de Vila Velha para Vitória também foram im-

pedidos de cruzar a ponte durante o protesto. A Avenida Américo Buaiz, em frente à Assembleia Legislativa, também ficou bastante congestionada nos dois sentidos.

O cruzamento da Reta da Penha com a Avenida Desembargador Santos Neves, na Capital, tam-

bém foi bloqueado. Logo depois, por volta das 21 horas, os manifestantes se dispersaram. Muitos seguiram sentido Ufes, mas sem atrapalhar o trânsito nas vias.



MAIS 3ª PONTE

na Coluna Praça 8